



**Processo nº** 10580.901752/2013-92  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1002-002.085 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 12 de maio de 2021  
**Recorrente** QUEIROZ GALVAO BARRA DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2021

**DESISTÊNCIA DA AÇÃO. INCLUSÃO DO DÉBITO EM PARCELAMENTO. PERT.**

Solicitada petição de desistência da ação para inclusão do débito em parcelamento, o recurso voluntário não deve ser conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Ailton Neves da Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo – Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ailton Neves da Silva, Marcelo Jose Luz de Macedo e Rafael Zedral

## **Relatório**

Por bem sintetizar os fatos, reproduz-se em um primeiro momento o relatório constante do acórdão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba (“DRJ/CTA”):

1. Trata o processo de manifestação de inconformidade contra Despacho Decisório da DRF/Salvador, emitido em 03/05/2013, referente a suposto crédito de pagamento indevido ou a maior de débito de IRPJ (código 2089), Período de Apuração 3º trimestre de 2012, pleiteado na DCOMP 28117.67009.310113.1.3.04-6660, no valor de R\$ 59.059,83.

2. Conforme Despacho Decisório, a autoridade fiscal não homologou a DCOMP sob a justificativa de que o DARF foi integralmente utilizado para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados na DCOMP

**CARACTERÍSTICAS DO DARF**

PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO
30/09/2012	2089	142.682,04	31/10/2012

**UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP**

NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PR)/ PERDCOMP(PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO	VALOR ORIGINAL DISPONÍVEL
1426635003	142.682,04	DB: cód 2089 PA 30/09/2012	142.682,04	-
		<b>VALOR TOTAL</b>		142.682,04

3. Cientificado da decisão em 13/05/2013, conforme informação de fl.08, em 12/06/2013, o contribuinte interpôs a manifestação de inconformidade de fls.11/14, alegando que:

a) a empresa se dedica a construção e incorporação imobiliária e utiliza o regime de tributação pelo lucro presumido (regime de caixa IN 104/98) apurando consequentemente PIS/COFINS cumulativo e que na apuração de 08/2012, equivocadamente, pagou a maior que o devido PIS;

b) quando do cálculo da referida contribuição ao invés de ser considerado o valor recebido (regime de caixa) R\$ 733.614,69, conforme relação de recebimento (Doc. 03), foi considerado o valor dos contratos assinados até aquele momento no valor de R\$ 5.932.425,91 (Doc. 04);

c)o pagamento a maior que o devido é confirmado quando verifica-se o extrato bancário e o balancete contábil, onde consta os valores efetivamente recebidos (Doc. 05);

d) além de ser empresa tributada pelo lucro presumido, a atividade imobiliária tem também como característica o reconhecimento da receita pelo regime de caixa (IN 84/79);

e) apresenta o quadro abaixo:

<b>Valor da receita em 08/2012 (Doc. 03 e 05)</b>	<b>R\$ 733.614,69</b>
<b>Valor considerado como receita em 08/2012 (Doc. 04)</b>	<b>R\$ 5.932.425,91</b>
<b>Valor Recolhido equivocadamente no período (Doc. 06)</b>	<b>R\$ 142.682,04</b>
<b>Valor a ser recolhido no efetivamente no período</b>	<b>R\$ 35.978,01</b>
<b>Diferença paga a maior</b>	<b>R\$ 106.704,03</b>

f) o valor devido era de R\$ 35.978,01 e foi realizado pagamento de R\$ 142.682,04. o que por si só. bastaria para demonstrar equívoco no pagamento, posto que consta da DACON o valor efetivamente devido (Doc. 06);

g) na DCTF (Doc. 07) o valor declarado foi o efetivamente pago (R\$ 142.682,04), no entanto, era para ter declarado o valor efetivamente devido (R\$ 35.978,01) e a DCTF foi retificada (Doc. 08) a fim de destacar mais ainda o pagamento a maior que o devido, que se comprova por todos os documentos anexados;

h) por todo o exposto, resta demonstrado a liquidez do crédito fiscal compensado na PER/DCOMP no. 28117.67009.310113.1.3.04-6660, sendo insubstancial a cobrança débito fiscal e legítima a homologação do crédito fiscal.

Em sessão de 11/09/2019, a DRJ/CTA julgou improcedente a manifestação de inconformidade do contribuinte, nos termos da ementa abaixo transcrita:

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. CRÉDITO NÃO COMPROVADO.** Mantém-se o despacho decisório quando não se comprova recolhimento a maior do débito, cujo valor foi retificado em DCTF após emissão e ciência do despacho decisório e o contribuinte não comprova a existência de crédito líquido e certo.

Segundo consta dos fundamentos do acórdão em questão (fls. 125/127 do *e-processo*):

10. O presente processo trata de crédito de pagamento indevido ou a maior de IRPJ - Lucro Presumido (código 2089) do 3<sup>a</sup> trimestre de 2012, pleiteado no perdcopm 28117.67009.310113.1.3.04-6660 e a manifestante refere-se algumas vezes, em sua manifestação de inconformidade, à pagamento indevido ou a maior de PIS. Ao mesmo tempo, apresenta cópia do DARF e da DCTF, ambos relativos ao IRPJ de setembro/2012, assim como, tabela de cálculo, onde constam valores relativos ao IRPJ em litígio no presente processo (valor do DARF R\$ 142.682,04 e valor do IRPJ 3º trimestre de 2012 R\$ 35.978,01). Infere-se, portanto, que houve um equívoco, quando da elaboração da manifestação.

[...]

12. Na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) original, pertinente ao ano-calendário de 2012, entregue em 28/06/2013, dentro do prazo legal mas após emissão e ciência do despacho decisório, a contribuinte informou para o 3º trimestre de 2012 o valor de R\$ 35.978,01 de IRPJ a pagar (fls.99/122).

13. Na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF, original, relativa ao mês de setembro/2012, entregue antes da emissão e da ciência do despacho decisório, em 22/11/2012, declarou o valor de R\$ 142.682,04 para o IRPJ do 3º trimestre de 2012.

[...]

16. O contribuinte limita-se a alegar que houve erro no preenchimento da DCTF de setembro de 2012, que dá suporte ao pedido de compensação e que já foi realizada a retificação. Contudo, tal retificação foi realizada, como já dito, após emissão e ciência do despacho decisório.

17. Além disso, a contribuinte não traz qualquer justificativa ou documento que demonstre o alegado erro de preenchimento na DCTF, que levou ao suposto pagamento indevido ou a maior do débito em questão, tampouco comprova que o valor do débito de IRPJ para o 3º trimestre de 2012 seria R\$ 35.978,01 e não R\$ 142.682,04.

18. Ou seja, limitou-se a alegar sem trazer aos autos provas hábeis a comprovar o suposto pagamento indevido ou a maior, inviabilizando reconhecer-se a existência de liquidez e certeza do crédito pleiteado.

19. Apesar de na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) pertinente ao ano-calendário de 2012, o contribuinte ter informado o valor de R\$ 35.978,01 de IRPJ a pagar para o 3º trimestre de 2012, tal informação não é suficiente para suprir os elementos de prova necessários a conferir liquidez e certeza ao crédito pleiteado, eis que a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ possui natureza informativa de dados econômico-fiscais, ou seja, diferentemente da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais- DCTF, não constitui confissão de dívida. Ademais, apesar da mesma ter sido entregue dentro do prazo legal, foi transmitida após emissão e ciência do despacho decisório, em 28/06/2013.

Em sede de recurso voluntário, o contribuinte reitera todos os seus argumentos de defesa anteriormente apresentados. Afirma se tratar de pessoa jurídica atuante no ramo da construção e incorporação imobiliária adepta ao sistema de tributação do lucro presumido e sujeita, portanto, ao regime de caixa, de modo que deveria oferecer à tributação apenas as receitas efetivamente auferidas. Em suas próprias palavras (fls. 134 do *e-processo*):

A Recorrente é empresa que se dedica a construção e incorporação imobiliária e a época do fato estava no regime de tributação do lucro presumido, realizando o recolhimento pelo regime de caixa e equivocadamente, pagou a maior que o devido a referida exação consignada em sua declaração de compensação.

Isso porque, por equívoco na emissão do relatório, quando do cálculo da referida contribuição ao invés de ser considerado o valor recebido (regime de caixa) R\$ 733.614,69 conforme relação de recebimento carreados no Doc. 03 de sua Manifestação de inconformidade, considerando equivocadamente a época o valor de R\$ 5.932.425,91, conforme podemos verificar no Doc. 04 carreado também em sua Manifestação.

Não obstante aos documentos acima descritos, fez juntar também o extrato bancário e o relatório financeiro contábil, que consta os valores efetivamente recebidos Doc. 05.

Posteriormente, em 28/02/2020, o contribuinte protocolou petição solicitando desistência da ação em razão da adesão e inclusão dos débitos ora em discussão no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Lei nº 13.496/2017.

É o relatório do necessário.

## Voto

Conselheiro Marcelo Jose Luz de Macedo, Relator.

## Tempestividade

Como se denota dos autos, o contribuinte tomou ciência acórdão recorrido em 20/09/2019 (fls. 129 do *e-processo*), apresentando o recurso voluntário, ora analisado, no dia

22/10/2019 (fls. 132 do *e-processo*), ou seja, dentro do prazo de 30 dias, nos termos do que determina o artigo 33 do Decreto nº 70.235/1972.

Portanto, é tempestiva a defesa apresentada e, por isso, deve ser analisada por este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”).

### **Mérito**

Como visto pelo breve relato do caso, o contribuinte desistiu da presente demanda para incluir os presentes débitos no âmbito do PERT, razão pela qual inexistem motivos para o conhecimento e julgamento do seu recurso voluntário.

Face ao exposto, voto pelo não conhecimento da defesa.

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo